

# Açorianos em risco de pobreza diminuíram este ano

De acordo com os resultados apurados pelo Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, em 2021, na Região Autónoma dos Açores 27,7% das pessoas estavam em risco de pobreza ou exclusão social, menos 5,6 pontos percentuais (p.p.) do que em 2020.

O INE e SREA divulgaram ontem os números do Inquérito Nacional, onde se constata que a taxa de privação material e social severa em 2021 foi de 8,7%, uma melhoria de 4,3 p.p. face a 2020.

Relativamente à intensidade laboral per capita muito reduzida, ela foi de 5,6% em 2020, melhorando face a 2019 em 2,6 p.p..

A desigualdade na distribuição dos rendimentos foi menos acentuada em 2020, apresentando um valor de 5,6 no indicador S80/S20 (6,1 em 2019) e o Coeficiente de GINI teve o valor de 33,0 em 2020, menos 1,5 que em 2019.

A taxa de privação material em 2021 foi de 8,9%, menos 2,4 p.p. face a 2020.

## Rendimentos cresceram mais nos Açores

No país, o crescimento do rendimento monetário líquido em 2020 ficou principalmente associado aos acréscimos dos rendimentos do trabalho por conta de outrem (em média, 3,9%) e dos rendimentos de pensões sociais de velhice (em média, 3,5%).

Os resultados do inquérito indicam ainda que os rendimentos nas regiões autónomas, especialmente na Região Autónoma dos Açores, cresceram significativamente mais do que no Continente.

A distribuição do rendimento monetário líquido por adulto equivalente em 2020 é, como esperado, assimétrica positiva - a média é superior à mediana e o coeficiente de assimetria é 0,15, o que traduz uma concentração de valores mais baixos.

## Risco cai nos Açores

Em 2020, considerando o limiar de pobreza nacional, o risco de pobreza aumentou em todas as regiões do Continente, principalmente nas regiões Norte (mais 3,0 p.p.), Centro (mais 3,3 p.p.) e Algarve (mais 3,9 p.p.), e diminuiu nas regiões autónomas (menos 6,6 p.p. na Região Autónoma dos Açores

res e menos 2,1 p.p. na Região Autónoma da Madeira).

Esta análise pode ser completada pelo cálculo de linhas de pobreza re-

gionais. Em cada região NUTS II, a linha de pobreza regional corresponde à proporção de habitantes nessa região que vivem com rendimentos monetários disponíveis equivalentes inferiores a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários disponíveis equivalentes dessa mesma região.

A utilização de linhas de pobreza regionais resulta no aumento do risco de pobreza para as regi-

ões com rendimento mediano superior ao rendimento mediano nacional (19,1%, na Área Metropolitana de Lisboa) e na redução dos riscos de pobreza para as restantes (muito significativa, por exemplo, na Região Autónoma da Madeira, de 24,2%, com base na linha nacional, para 18,2%, com base na linha regional).

Em 2020, a leitura dos riscos de pobreza com base nos limiares de pobreza regionais permite uma aproximação significativa entre regiões, sendo possível distinguir três grupos: as regiões a norte do Tejo, com valores da ordem dos 19%; a região do Algarve e as regiões autónomas, com valores da ordem dos 18%; a região do Alentejo com 17%.

## Uma sociedade mais desigual em 2020, exceto nos Açores

Houve mais desigualdade em 2020, de acordo com os principais indicadores:

- O Coeficiente de Gini, que tem em conta toda a distribuição dos rendimentos, refletindo as diferenças de rendimentos entre todos os grupos populacionais, registou um valor de 33,0%, mais 1,8 p.p. do que no ano anterior (31,2%);

- O rácio S80/S20, que compara a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos com a soma do rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos, aumentou 14%, de 5,0 em 2019 para 5,7 em 2020;

- O rácio S90/S10, que mede a distância entre o rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com maiores recursos e o rendimento dos 10% da população com mais baixos recursos, foi de 9,8, aumentando 21% em relação ao ano anterior (8,1).

## Distribuição mais homogénea explica situação açoriana

Em 2020, a desigualdade aumentou em todas as regiões NUTS II, à exceção da Região Autónoma dos Açores.

A região Centro foi aquela em que a desigualdade mais aumentou, de 30,0% em 2019 para 33,3% em 2020. As distribuições dos rendimentos nas regiões do Alentejo e do Algarve, e na Região Autónoma da Madeira, eram as menos desiguais em 2020.

A percentagem de pessoas em privação material e social severa reduziu-se na maioria das regiões do país, exceto na região Norte e na Área Metropolitana de Lisboa.

A diminuição do indicador nas restantes regiões, em especial na região do Alentejo e das regiões autónomas, resulta numa distribuição mais homogénea da privação material e social ao nível regional.

Figura 7. Taxa de risco de pobreza, Portugal e NUTS II, 2019-2020

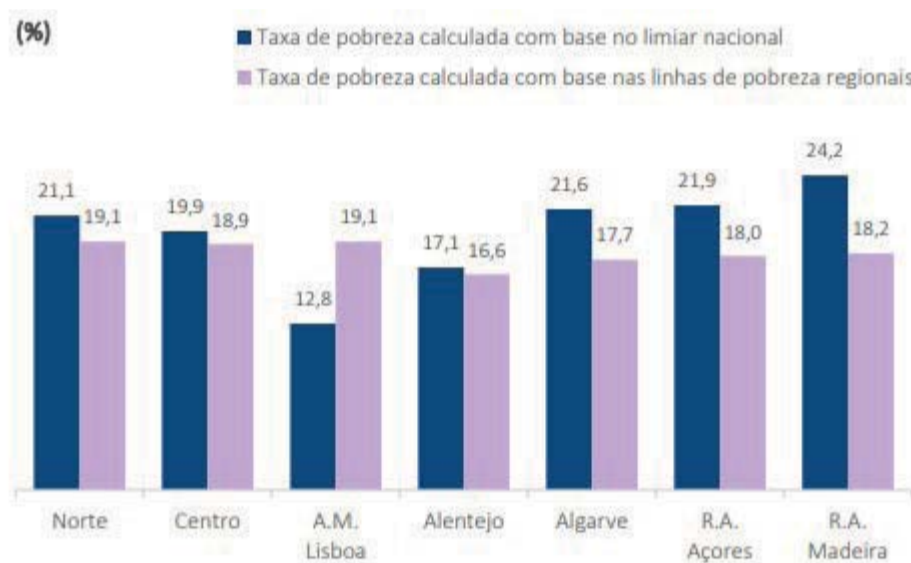


Figura 13. Coeficiente de Gini, Portugal e NUTS II, 2019-2020

